

Protesto simbólico

ANTONIO SIQUEIRA

Gisela Cabral

Uma manifestação pública chamou a atenção de quem passava pela quadra 501 do Cruzeiro Novo na manhã de ontem. Para reivindicar a manutenção das grades nos prédios da cidade, cerca de 200 moradores se reuniram no Colégio Ciman e, de lá, num ato simbólico, deram um abraço no bloco B da quadra 601, em frente ao colégio. Os moradores também assinaram um protesto contra a retirada das grades. Até o fim da manhã já haviam duas mil assinaturas.

A população está confiante de que o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) reveja a posição. O órgão, porém, estipulou um prazo de 30 dias para emitir um parecer sobre o assunto. Depois disso, o GDF planeja enviar à Câmara Legislativa um projeto de lei que regulariza as grades existentes. O governador José Roberto Arruda sinalizou concordância com a vontade da população. "Sou a favor das grades. A realidade do Cruzeiro Novo é diferente da do Plano

Piloto. Os blocos ficam muito próximos às ruas e fica perigoso para as crianças", disse, ontem, em evento em Brazlândia.

A moradora do Cruzeiro Novo Rosângela Barbosa, 52 anos, teve o seu apartamento roubado há alguns anos, quando seu prédio ainda não tinha grades. "Levaram os móveis, eletrodomésticos e até as minhas roupas", contou. Segundo ela, depois desse episódio as grades foram colocadas e as ocorrências de roubo, no local, cessaram. "Além disso, mendigos dormiam debaixo do prédio. Não tínhamos segurança."

Hoje, a realidade no Cruzeiro é diferente. Segundo a Administração Regional, a cidade tem 78 quadras e 324 prédios. Destes, só dois não são cercados. Uma decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ), no último dia 14, considerou o cercamento uma mutilação ao tombamento da cidade e determinou sua retirada.

A decisão se baseou no fato de que o projeto original de Brasília prevê livre circulação sob os prédios. Conforme o líder comunitário Francisco Pires, o



■ CERCA DE 200 PESSOAS SE REUNIRAM NO COLÉGIO CIMAN E ABRAÇARAM O BLOCO B DA QUADRA 601

governo se mostra flexível com relação à reivindicação. "O Cruzeiro de hoje é diferente daquele de 30 anos atrás. Temos pistas perigosas que estão rentes aos blocos e são um perigo", falou.

A Lei Distrital 1.063 de 1996

que autoriza a colocação de grades nos prédios residenciais do Cruzeiro é do ex-deputado Odilon Aires. Ele foi à manifestação. "O projeto faz todas as considerações legais, para não haver distorção das áreas", disse. A lei

foi considerada inconstitucional pelo Ministério Público do DF. Segundo o órgão, só o Executivo poderia definir o cercamento de áreas públicas. O Tribunal de Justiça do DF (TJDFT) acatou o pedido e revogou a lei.